

UNIVERSIDADE DE UBERABA
CURSO DE PSICOLOGIA

SABRINA BRAZ DE MOURA
SARA ALVES DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:
IMPACTOS E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS**

UBERABA, MG

2022

UNIVERSIDADE DE UBERABA
CURSO DE PSICOLOGIA

SABRINA BRAZ DE MOURA
SARA ALVES DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA:
IMPACTOS E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia da Universidade de Uberaba
como parte das exigências à conclusão do
Bacharelado em Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Janete Tranquila
Gracioli.

UBERABA, MG

2022

AGRADECIMENTO

Por Sabrina Braz De Moura.

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir viver a vida com grande propósito e por ser minha maior fortaleza e forma de fé. Por me iluminar e cumprir aquilo que um dia foi a mim prometido.

À minha mãe, por ser meu exemplo de vida e persistência, por me acolher e falar palavras positivas em momentos em que me sinto insegura. Por me motivar a cada dia que passa e me lembrar da minha força e capacidade. Por me incentivar a me auto redescobrir e alcançar meus objetivos, e me mostrar o meu verdadeiro abrigo.

Ao meu pai, por ser meu exemplo de força e perseverança, e nas vezes em que o pensamento de desistência me surgia, com sua voz calma me acolhia e me mostrava outras perspectivas sobre a vida, e assim como criança, me motivava a continuar e acreditar mais em mim.

Aos meus irmãos, há quem sempre pude contar, e mesmo que em momentos complicados são estes que me acolhem com muito carinho e sonoridade, pelas boas vibrações e pelas palavras de incentivo.

Ao meu noivo e melhor amigo, que esteve comigo todos estes anos, e sempre me prestou ajuda, me lembrando todos os dias o quanto sou amada por minha família e o quanto sou capaz de enfrentar vários obstáculos. Por não me deixar desistir em meio ao percurso, e me reestruturar com suas palavras para enfrentar as dificuldades passageiras.

Eu os amo com todas as minhas forças.

Por Sara Alves Oliveira Dos Santos

Agradeço primeiramente à Deus por me capacitar, me guiar, e me dar força nos dias de grandes dificuldades. Aos meus pais Antônio e Roniéria e ao meu irmão Henrique por acreditarem no meu potencial e me orientarem nos meus momentos de angústia e indecisão, por terem me acolhido com amor e integridade e serem a minha maior rede de apoio.

A minha avó Helena e ao meu avô José Nelson, já falecido, por ser o meu maior exemplo de vida, ela foi a pessoa que não me deixou desistir do curso em diversos momentos; ela financiou todo o meu estudo, com a intenção de me formar e dar uma boa vida para minha família. Ela é a minha fortaleza!

Ao meu marido por ter acompanhado meu sofrimento, causado pela sobrecarga e ter me acolhido com muita empatia e amor, por ter tirado um pouco do seu tempo para me ajudar e aconselhar e aos meus filhos, Anthony e Gabriel, por serem a minha fonte de inspiração, meu combustível, eles me fazem querer ser uma pessoa melhor a cada dia e consequentemente darem uma vida confortável para eles.

Em conjunto

Em especial agradecemos a nossa orientadora Prof^a Janete Tranquila Gracioli, por ter nos capacitado para desenvolver esse projeto da melhor forma possível, por ter passado confiança, experiência, carisma e muito amor.

Por ter acreditado em nossa capacidade e nos acolher em momentos de desistência repentina, por nos guiar e nos ofertar ferramentas para melhor lidarmos com esse processo.

*Papai, não! O que é isso?
Não, isso não se faz
O senhor deveria me amar
Me respeitar, sem me maltratar,*

*Deveria ser lindo como o sol,
A certeza depois do frio
Eu o peixe e o senhor o rio
Assim? Tenho medo, calafrio!*

*Tio? Avô? Primo? Vizinho?
Pessoas que chamo de senhor
Se acham confusas na própria ilusão
E eu criança, ferida na escuridão,*

*Atenção à TODOS!
Ele parece confiável, PARECE!
Mas, sou eu menina que padece
Alerta, me ouve, não me esquece.*

*Não me toque aqui, não me aperte
Sou menina, quero só ser criança
Festa, cores, luz, muita dança
Sem traumas, só esperança.*

*Preciso de sonhos e não pesadelos
Quero tudo de bom e bom
Quero grandeza de gente grande
Quero o carinho que não constrange.*

Lauro Souza

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	8
FUNDAMENTAÇÃO TEORICA:	12
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS FACES DA VIOLÊNCIA.	12
CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 16	
2.1 A RELAÇÃO PARENTAL DIANTE O ABUSO SEXUAL.	19
CAPÍTULO 3: O PAPEL DO PSICOLOGO NO ATENDIMENTO À VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL.	22
DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	27

BRAZ, Sabrina e ALVES, Sara; **Violência Sexual na Infância e Adolescência: Impactos e intervenções psicológicas**. Uberaba/MG, 2022. Monografia 31 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) Universidade de Uberaba. Orientadora: Prof. Ms. Janete Tranquila Gracioli.

RESUMO

Este trabalho investiga a questão da prática da violência sexual contra crianças e adolescentes sendo um fenômeno social com aumento considerável tanto nacional como internacional, atinge várias vítimas em diferentes idades e classes sociais e muitas vezes ocorrem de forma silenciosa por pessoas próximas do abusado. O estudo teve como objetivo investigar as contribuições da intervenção psicológica para o vínculo familiar das crianças e adolescentes vítimas da violência sexual. Para tanto, utilizou uma revisão narrativa da literatura, nas referências eletrônicas Scielo, Pepsic, Google acadêmico, sendo pesquisados quarenta e cinco artigos científicos e selecionados para este estudo dez, respeitando os temas norteadores e o período desde 2002. Foi realizado também consultas em apostilas sobre violência sexual e leituras de capítulos das principais obras do desenvolvimento infantil e da adolescência. Os resultados obtidos demonstraram que a prática da violência sexual traz vários impactos na saúde física, psicologia e social de crianças e adolescentes sendo urgente oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial para a vítima e familiares a fim de proporcionar confiança, convivência intrafamiliar mais equilibrada e traçar condutas de enfrentamento da vivência traumática. É válido ressaltar que o papel do psicólogo é extremamente relevante nestes casos de abuso sexual, pois, por meio das intervenções psicológicas acontece o acolhimento, a compreensão e o manejo de cuidados para minimizar o sofrimento psíquico da vítima. Além disso, o apoio aos familiares também é importante para a redução dos danos, entendimento dos fatos, direitos e deveres perante a violência praticada.

Palavras-chave: Violência Sexual. Crianças e adolescentes. Intervenção Psicológica.

INTRODUÇÃO

A violência na infância e adolescência é um problema universal, podendo afetar ambos os sexos, independentemente de sua cultura, religiosidade ou outros fatores, onde atinge milhares de vítimas de forma silenciosa trazendo grandes consequências para o envolvido e seus familiares. (FLORENTINO, 2015).

Com base nos dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), no ano de 2019, foram realizadas 159 mil denúncias, registradas pelo “Disque Direitos Humanos”, sendo a própria família a maior responsável pela incidência da violência contra crianças e adolescentes. Os dados apontam que mais de 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018; e 11% das denúncias destas denúncias são de violência sexual contra crianças e adolescentes, o correspondente a 17 mil violências. (AMARAL, 2021).

De acordo com as autoras Azevedo e Guerra (2000), a violência tem diferentes manifestações, identificadas e praticadas ao longo da história, apresentadas como forma de negligência nos cuidados essenciais para criança e os adolescentes trazendo sérias consequências emocionais, cognitivas, físicas e sociais que marcam todo o desenvolvimento das vítimas e da família.

Diante disso, a vivência traumática, como o abuso sexual durante a infância e a adolescência, gera impactos que as vítimas podem carregar para toda vida adulta, com repercussões cognitivas, emocionais, comportamentais, físicas e sociais, que variam para cada indivíduo conforme apontam os estudos de (BRIERE E ELLIOT *et al.*, 2003 *apud* KATCHOROVSK; WROBLEWSKI; ARAÚJO, 2018).

Segundo Andrade (2019), os prejuízos físicos, podem acarretar pesadelos e problemas com o sono, mudanças na alimentação, perda do controle ao fazer as necessidades físicas. Comportamentais, como consumir drogas e álcool, fugir de casa, ter condutas suicidas ou se machucar propositalmente, diminuição do rendimento escolar.

Ainda sobre o mesmo autor, a prática da violência sexual em crianças ou adolescentes, podem acarretar também prejuízos emocionais, como o medo generalizado, agressividade, culpa, vergonha, isolamento. Sexuais, a criança e o adolescente passam a ter conhecimento sexual precoce e impróprio para a sua idade, masturbação compulsiva,

depressão. Sociais, como déficit em habilidades sociais, retração social e comportamentos antissociais.

De acordo com Ferrari e Vecina (2002), é importante que a criança e o adolescente recebam um amparo terapêutico, sendo realizados trabalhos multidisciplinares, entrevistas psicológicas, análise cognitiva e comportamental, psicoterapia em grupo e ou individual, todas essas ações se estendendo para a família da vítima. Tais ações acontecem com a intenção de aliviar o momento em questão, contribuindo para que os danos gerados sejam tratados e que a vítima e a família possam evoluir de forma significativa.

Na perspectiva de Oliosi, Mendonça e Boldrine (2010), os serviços de amparo para vítimas de violência atualmente contam com profissionais qualificados e toda uma rede de acolhimento. Essa prestação de serviço acontece por equipes multiprofissionais, na rede de proteção como o Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), visando prestar atendimentos psicossociais, auxiliar no enfrentamento do caso de abuso, entre outras ações, priorizando as vítimas e os familiares.

O objetivo deste trabalho foi investigar as contribuições da intervenção psicológica para o vínculo familiar das crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

Para tanto a metodologia utilizada foi uma revisão narrativa da literatura, que a autora (ROTHER, 2007), conceitua como publicações amplas, apropriadas de informações e saberes para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, tendo como partido o ponto de vista teórico ou contextual.

Como critério e para a seleção do material de pesquisa, buscamos as seguintes palavras chave: Violência Sexual. Crianças e adolescentes. Intervenção Psicológica. Foi utilizado os sites indexadores Scielo, Pepsic, Google acadêmico para a seleção de materiais contendo a data do ano de 2000 até os tempos atuais. Sendo pesquisados 45 artigos científicos, porém selecionados para este estudo somente 10 artigos científicos, realizou-se também consultas no GUIA PRATICO DO CONSELHO TUTELAR, 2010; LEI Nº 13.257, 2016; Lei nº 8.069,1990 e leituras de capítulos das principais obras do desenvolvimento infantil e da adolescência de (WINNICOTT, 1985,1983; ARIÉS, 1978).

Esse Trabalho de Conclusão de Curso, foi construído de fundamentação teórica, discussão e análise dos resultados e considerações finais apresentados a seguir:

CAPÍTULO 1: *Desenvolvimento da Criança e do Adolescente e as Faces da Violência*: descreveu sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente e as faces da violência, utilizando a leitura das principais obras de Winnicott e Aries sobre o desenvolvimento das crianças na antiguidade, os aspectos teóricos e as formas de violência de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 2: *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*: conceituou sobre a violência sexual de crianças e adolescentes, categorizando os tipos e formas praticadas contra esses indivíduos. Com esse capítulo é possível reconhecer as consequências desses atos e de quais formas prejudicam o desenvolvimento de uma criança ou adolescente. Podendo abordar também, leis que trabalham em prol da proteção. E também, *A Relação Parental Diante o Abuso Sexual*: Descreveu sobre a importância do vínculo familiar e das consequências que se estendem para o núcleo familiar, e a necessidade de um amparo aprimorado para a vítima e a família.

CAPÍTULO 3: *O Papel do Psicólogo no Atendimento à Vítimas de Abuso Sexual*: Por meio deste, demonstrou a importância do amparo psicológico para vítimas de violência e seus familiares, foi destacado formas de intervenções e preparos profissionais para acolhimento. Podendo citar também sobre órgãos competentes que zelam pelo amparo à criança e adolescente.

Por fim a *Discussão e Análise dos Resultados e as Considerações Finais*: demonstraram que a prática da violência sexual traz vários impactos na saúde física, psicologia e social de crianças e adolescentes sendo urgente oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial para a vítima e familiares a fim de proporcionar confiança, convivência intrafamiliar mais equilibrada e traçar condutas de enfrentamento da vivência traumática.

Com isso, constatou-se que o papel do psicólogo é extremamente importante em casos de abuso sexual, por trabalhar questões que minimizam os danos causados pelo abuso, é através desse acolhimento também que a vítima passa a entender e reconhecer a necessidade de um amparo.

Dessa maneira a vítima além de ser acolhida e protegida, também vivência momentos tristes e solitários e por esse motivo é importante que o psicólogo trabalhe com

a família da vítima também, porque o apoio familiar é importante para a redução dos danos e entendimento dos fatos, direitos e deveres.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA:

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS FACES DA VIOLÊNCIA.

De acordo com Winnicott (1985), as primeiras experiências de cuidado dos pais junto ao bebê, são fundamentais para que tenha um desenvolvimento e crescimento sadio, apesar de carregar consigo uma tendência inerente ao seu próprio desenvolvimento, interações, independências e vínculos. Essa tendência pode ser que aconteça ou não, tudo dependerá de aspectos genéticos, do contexto social, dos acontecimentos vivenciados e internalizados, entre outros fatores.

Ainda o autor psicanalítico Winnicott (1983), defende a teoria do amadurecimento e desenvolvimento, que estão interligados ao viver humano, seguindo o sentimento de ser real e existir em um mundo real, ou seja, para além de um viver biológico. Mesmo que a criança esteja biologicamente saudável, não significa que também esteja psicologicamente saudável. O sentimento de se desenvolver, de construir vínculos, se dá a partir das vivências e das conquistas ao longo da vida.

Para o mesmo autor supracitado, tal ponto inicial se refere ao nascimento psíquico, a instalação do si mesmo, o estado unitário de um eu. Para que isso aconteça o indivíduo passa por processos de conquistas desde o momento de sua chegada. É válido ressaltar que para essa conquista própria, a criança precisa estar incluída em um ambiente suficiente bom, recebendo os cuidados necessários, apoio e a sustentação que possibilite seu processo de amadurecimento e desenvolvimento.

Neste sentido, o desenvolvimento e amadurecimento do ser humano é visto como uma conquista adquirida dia após dia, em uma ligação continua entre uma tendência inata e a existência de um lar que vai possibilitar e facilitar esse processo. Assim em um ambiente favorável pode tornar possível muitas coisas que vão fazer parte do crescimento e desenvolvimento na infância. (WINNICOTT, 1983).

Dessa maneira, o ambiente favorável referenciado por Winnicott (1983), está interligado as mães suficientemente boas, em que no momento exato conseguem suprir as necessidades existentes na criança, e que ao perceber o processo de desenvolvimento de seu bebê, dá-se o espaço para a vivência e o suporte necessário. Com o desenvolvimento emocional, faz-se com que esse ambiente facilitador se amplie,

incluindo as relações com o pai e familiares, a fim de suprir devidamente as necessidades de afeto necessárias para o desenvolvimento.

Ainda na perspectiva da teoria Winnicottiana, todo ser humano precisa sentir a presença e apoio familiar, o acolhimento da mãe suficientemente boa reconhece suas necessidades, sendo elas biológicas ou não, favorecendo e tornando o desenvolvimento da criança uma forma mais equilibrada e protegendo a todo momento de vivências traumatizantes e ambiente de violência.

De acordo com Ariès (1978), por volta do século XII não existia diferenciação e conhecimento sobre o mundo adulto e infantil, ou seja, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, sendo submetidos a práticas educacionais e culturais rigorosas de crescimento e desenvolvimento.

O mesmo autor supracitado, detalha que meninas eram ensinadas desde muito cedo a como conduzirem uma família e serem boas esposas. Com isso, em famílias de grande porte, tinham casamentos arranjados para movimentar a economia e ligarem famílias que tinham fácil acesso ao dinheiro. Em famílias menos favorecidas, restavam os trabalhos domésticos, e ou práticas sexuais como um objeto de troca, ou seja, a família assim recebia por essas ações e pagava dívidas pendentes, ou seja, usavam os filhos como fonte de lucros.

Devido a essas condições que eram submetidos, as crianças e os adolescentes não passavam pela fase de brincar, estudar ou terem o tempo necessário para seu desenvolvimento como é visto nos dias de hoje. Para Ariès (1978), as famílias não tinham a percepção das necessidades desenvolvidas por uma criança, e muito menos a tratava como um ser que necessitasse de um cuidado especializado.

Segundo Passetti (2007), foi por volta do século XV, ainda no período do renascimento Italiano, que a concepção do termo infância foi reconstituída, e a partir de então crianças e adolescentes passaram a serem vistos como seres inacabados, onde de forma indefesa dependiam de outros seres para que pudessem sobreviver, adquirindo a satisfação de necessidades elementares, como também a alimentação.

Ainda nesse mesmo período, foi compreendido a necessidade que as crianças tinham de ter contato com outras crianças. Vale ressaltar que segundo Ariès (1978) por volta do século XVI e XVII, foi conquistado pela sociedade a distinção entre seres adultos

e infantis, fazendo com que desenvolvessem um olhar voltado para crianças e adolescentes de forma gentil e afetuoso.

De acordo com Silva (2002), A violência contra crianças e adolescentes nunca chegou a ser algo ultrapassado e está presente desde tempos remotos até os dias atuais, por meio de diferentes formas de violência tais como: física, sexual, psicológica, doméstica, entre outras práticas. Na maioria das situações os agressores são os próprios familiares ou pessoas próximas das crianças, se tornando algo mais difícil para ser descoberto ou exposto pela vítima.

Sob este prisma da violência e suas diferentes manifestações, as autoras Azevedo e Guerra (2000) consideraram em seus estudos quatro tipos de ações identificadas e praticadas até os dias de hoje, sendo elas:

A *Negligência*, em que o agressor deixa de prover a satisfação das necessidades da criança ou adolescente, podendo ser física ou emocional, como, a falta de uma alimentação, vestimenta adequada, local para moradia, entre outras formas.

A *Violência física*, geralmente são expressas em atitudes, ações por parte do agressor, que geram dor físicas, podendo gerar sequelas emocionais e danos permanentes no corpo das vítimas, cometidos por meio de empurrões, sacodidas, tapas, socos, castigos etc.

A *Violência psicológica*, são ações e comportamentos que podem promover medo, frustrações, pensamentos indesejados, atos destrutivos, entre outros sinais, tudo isso dá-se por meio de ameaças verbais com comunicação violenta, hostis e linguagem de baixo escalão.

A *Violência sexual*, geralmente cometida por meio de brincadeiras, jogos, ou ações de cunho sexual, entre um ou mais adultos junto de uma criança ou adolescente, com o intuito de promover prazer para si ou para o outro.

O *Abuso Sexual*, definido pelas autoras citada, acontecer dentro ou fora de um ambiente doméstico, podendo o agressor ser conhecido ou não pela vítima, com ou sem conhecimento do ato, pois o agressor estabelece uma relação de poder e manipulação sobre a vítima

Ainda na perspectiva das autoras Azevedo e Guerra (2002), o abuso sexual pode ser praticado de forma conhecida pelo *incesto*, onde há relação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, de forma que tenham um laço familiar sendo ele direto ou não, ou até mesmo uma relação que tenha responsabilidades sobre a vítima. O *estupro*, também pode ocorrer por meio de penetração, molestações e seduções diversas.

O *assédio sexual* ocorre quando há posição de poder do agressor sobre a vítima, podendo ser chantageada e ameaçada, sendo ofertado ações sexuais. E exploração sexual, acontece por meio de inclusão de crianças e adolescentes a pornografia infantil e prostituição.

Desta forma, com base nas autoras já citadas, a violência e o abuso contra crianças e adolescentes poderá ocorrer de diversas maneiras.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Quando falamos sobre violências vividas por crianças e adolescentes dias após dias, a violência sexual se torna uma das mais graves considerada pela sociedade. A violência sexual caracteriza-se:

[...] por um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.33 *apud* FLORENTINO,2015)

É notório que crianças e adolescentes são as maiores vítimas de violência sexual, devido à condição de vulnerabilidade em função de seu desenvolvimento físico, emocional, social, entre outros. Na maioria dos casos de violência sexual contra crianças ou adolescentes, os agressores são membros da família ou pessoas de extrema proximidade que possuem um papel de proteção, fazendo com que de certa forma, o ato em questão não seja denunciado ou visto como crime, de acordo com (CRAVEIRO, 2016).

Ainda a mesma autora, postula que as ações graves de violências cometidas contra crianças e adolescentes, vão contribuir para a formação de inúmeros prejuízos para o estado psicológico, cognitivo, social que podem acompanhar todas as fases de desenvolvimento do abusado, tornando assim grandes traumas. Também causam vários impactos no núcleo familiar gerando instabilidade, conflitos parentais e desconfianças, dificultando ainda mais o enfrentamento desta etapa.

De acordo com os autores (AZEVEDO; GUERRA, 1998 *apud* BRINO; WILLIANS, 2008), a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes passou a ser considerado um ato de violência doméstica, pois além das práticas sexuais em muitos casos são vinculados diversos tipos de agressões físicas e abuso sexual contra a vítima. Tais praticas em questões, trazem grandes perdas para a vítima, afetando todo o desenvolvimento psicológico, sexual, afetivo, como também outras dimensões do convívio social na família e escola.

Segundo Bezerra (2006), o crime de violência/abuso sexual infantil é caracterizado por ser um ato de violência em que o agressor utiliza de uma criança ou adolescente para promover prazer para si ou para o outro, ocasionando diversos problemas tanto para a vítima quanto para a família. Entretanto o ato de violência e ou

abuso sexual, mesmo que em prática não seja usada a força física para ser cometida, é considerado uma forma de violência visto que o agressor pode ter um papel de autoridade sobre o abusado, com agressões verbais, constrangimentos e ameaças deixando a vítima totalmente paralisada de medo e revoltas.

Nesta perspectiva a mesma autora reforça que uma criança ou adolescente sexualmente abusado, na maioria das vezes fica visível o comportamento diferenciado das demais crianças, ou seja, demonstra mudança repentina e brusca de comportamento, tais como: o isolamento das demais pessoas, uma aparência abatida, triste, dificuldade no aprendizado, perda do apetite e dificuldades para dormir, também se mostra assustada, não querendo mais brincar e continuar suas atividades escolares.

Segundo as autoras Azevedo e Guerra (2018), o agressor não deveria ser responsabilizado segundo ao código penal apenas como um agravante de crime sexual, mas sim como um crime autônomo, visto que é um crime com características próprias não se trata apenas de um crime contra costumes, mas sim uma violência efetuada contra o abusado e contra a família, levando em conta que modifica a relação parental e a estrutura.

Ainda sobre as mesmas autoras, explicam que em casos de abuso sexual infantil, deveria ser obrigatório que a vítima, o agressor, e família fossem submetidos a uma avaliação psicológica completa. Assim todos passariam por uma equipe multiprofissional com a finalidade de emitir o parecer jurídico, e definindo assistência educativa, e medidas terapêuticas imediatas.

De acordo com Marchezan e Mendes (2008), as formas de lidar com as situações de violência contra crianças e adolescentes, se dá a partir da junção de paradigmas éticos, legais e valorativos. Contribuindo para o surgimento e aplicação de políticas que asseguram os direitos humanos e a assistência psicológica e jurídica necessitada por uma vítima e seus familiares.

Ainda na perspectiva de garantir os direitos da criança e do adolescente, é importante que todos os profissionais que envolvidos neste trabalho fiquem atentos aos sinais ocasionados pela forma como a violência foi praticada, podendo encaminhá-los para um atendimento psicossocial a vítima como também pais ou responsáveis legais,

além de notificar os órgãos necessários para a promoção de segurança. (TEIXEIRA E SILVA,2016).

Além disso, o ato do silêncio entre abusador e vítima compromete que a violência seja revelada, favorecendo a negação dos sinais de abuso emitidos pela vítima, para que não comprometa a união familiar (FALEIROS, 2003). É muito comum que vítimas passem um longo tempo, até mesmo anos escondendo a violação que sofreram ou que ainda sofrem. Isso acontece por muitas vezes por ser praticado por uma pessoa da família, de modo que a violência cometida se torna um segredo entre a vítima e o abusado. Esse processo de ocultamento da violência sexual intrafamiliar é classificado como a síndrome do segredo.

Foi devida essa demanda vinda da sociedade, que em 1990 foi elaborada a Lei nº 8.069, de 13 de julho, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando que crianças e adolescentes, possam conviver em lares seguros de forma que não impossibilite seu desenvolvimento. Levando em consideração também as necessidades vindas de uma criança ou adolescente e a certificação de que atitudes recomendadas sejam efetuadas corretamente.

Além da contribuição de leis que asseguram a proteção de crianças e adolescentes, no ano de 2016, em 8 de março, passamos a contar com a Lei nº 13.257 onde baseia-se na estruturação e ampliação de redes especializadas, contribuindo para as práticas de políticas públicas para a primeira infância, convivência familiar e comunitária, assistência à família da vítima, proteção contra diversos tipos de violência, entre outras.

No Brasil, podemos contar também com o Conselho Tutelar (2017), onde busca receber as denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes e atender aos casos. As medidas aplicadas pelo conselho tutelar são para que o poder público, a família e a sociedade passem a executá-las corretamente sem que prejudique o desenvolvimento de uma criança ou adolescente.

De acordo com o Guia Prático do conselheiro tutelar (2010), as medidas realizadas pelo conselho passam a ser, o atendimento de reclamações, reivindicações feitas por uma criança ou adolescente. Ouvir e acompanhar relatos onde a violência infantil está presente. Aplicar as medidas de proteção pertinentes para cada situação. Essas são algumas das diversas ações realizadas pelo conselheiro tutelar, que tem como foco a promoção a segurança.

2.1 A RELAÇÃO PARENTAL DIANTE O ABUSO SEXUAL.

Segundo os estudos historicamente construídos sobre a relação familiar, a autora Passos (2009) descreve que em meados do século XVIII, não havia distinção quando ocasionavam trocas afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo núcleo familiar. Essa distinção passou a ser percebida ao haver delimitação física, através da aproximação de pessoas de uma mesma família ocasionando a diferenciação entre membros familiares e a sociedade à volta.

Assim, o contexto familiar evoluiu devido grandes períodos de transformações políticas, sociais e econômicas. Por décadas o primeiro modelo etapa, de configuração familiar foi o mais aceito, ou seja, a família era considerada pelos valores patrimoniais e não eram levados em conta os desejos individuais dos filhos, ocasionando casamentos arranjados e troca por acordos financeiros. Essa atitude contribuía para que não houvesse a liberdade de expressão, e a escolha própria sobre algo ou alguém, conforme postulado pela autora (ROUDINESCO, 2003).

Ainda a mesma autora, o segundo modelo de configuração da família foi considerado moderna, baseavam em lógicas afetivas, priorizando os sentimentos e desejos, com isso passou a dar voz para que os indivíduos pudessem realizar suas próprias escolhas. E por fim, a fase de uma família pós-modernidade, em que sempre busca uma relação entre dois indivíduos e uma realização sexual, sem que haja acordos, ou obrigatoriedade, apenas desejos.

Neste sentido os autores Ferrari e Vecina (2002), descreve que o sentido de família passou por inúmeras modificações ao longo dos anos e tinha como responsabilidade apenas a transmissão da vida, sem que houvesse qualquer importância a respeito de sentimentos e opiniões. Com o decorrer do tempo, passou a valorizar a identidade e a necessidade de cada um, contribuindo para a transmissão de valores e conhecimentos. Atualmente a família ocupa um espaço entre a sociedade e o indivíduo, prevalecendo a importância de compartilhar circunstâncias culturais, sociais, afetivas, de valores e respeito ao próximo.

Apesar dos avanços e transformações referente ao contexto familiar/parental, de acordo com a autora Mondin (2008), a relação parental contribui de forma significativa para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente. A relação familiar contribui para

as relações afetivas, comportamentais dentro de um contexto social. É a partir das primeiras vivências familiares que a criança passa a construir sua subjetividade. Desta forma, no processo de desenvolvimento pode ocorrer experiências positivas ou negativas, influenciando de forma significativa no desenvolvimento do ser.

Com base no autor Furniss (2002), nas famílias em que ocorre abuso sexual com crianças ou adolescentes, vivenciam consequências graves pois gera o surgimento de barreiras que de certa forma interrompem os vínculos e atrapalham as relações já existentes. Quando diz respeito ao cuidado a partir do ato, devido ao julgamento social, ocorre de famílias permanecerem intactas, como se nada estivesse acontecendo, ou como se o abusado não precisasse receber um acolhimento.

Ainda o mesmo autor supracitado, defende que existem famílias ausentes que não prestam o amparo necessário como também, existem famílias que através de um acontecimento se fortificam cada vez mais, buscando um atendimento especializado, um acolhimento necessário e imediato, denuncia mesmo que haja julgamento. Tudo isso a favor da reestruturação familiar e para que a criança ou adolescente não tenha traumas maiores do que já existentes.

De acordo com Ferrari e Vecina (2002), quando ocorre a violência sexual em crianças e adolescentes seja cometido por pessoas da família ou conhecidos, quando o caso é revelado, o problema não se torna apenas do abusado, mas da família como um todo, que sofre toda uma desestruturação. Passando a ser necessário que o acolhimento ofertado para a criança ou adolescente, se estenda para que a família.

Com base no Centro Regional aos Maus-tratos na infância (2002), esse amparo e cuidado é necessário que ocorra principalmente para a criança ou adolescente e para a família. Sendo através de um acolhimento psicológico, tendo como prioridade saber como cada indivíduo compreende a situação, quais os danos que foram gerados e suas gravidades, qual o papel que cada um desempenha na dinâmica familiar, e sobretudo, em conjunto, buscar estratégias para melhor enfrentamento.

Segundo Ferrari e Vecina (2002), o meio de acolhimento para o abusado e para a família, é desenvolvido pelos profissionais buscando certos diagnósticos. De início buscam conhecer quais os riscos que o indivíduo pode estar correndo. Através desse diagnóstico, passa a ser abordado dinâmicas que promovam a proteção da vítima e de sua família.

Ainda sobre as autoras supracitadas, para que toda a família e a criança ou adolescente receba o amparo necessário, passa a ser realizado trabalhos multidisciplinares, entrevistas psicológicas, análise cognitiva e comportamental, tudo para que seja desenvolvido formas de enfrentamento. No entanto, é válido ressaltar que nem todas vítimas ou familiares tem acesso a atendimentos e formas que possam ajudar a amenizar as consequências do ato da agressão.

De acordo com o Centro Regional aos Maus-tratos na infância (2002), os serviços ofertados de apoio social e de intervenções psicológicas podem ser trabalhados de forma individual com o abusado, e em grupo também, assim cada integrante pode contribuir para o núcleo familiar. Dessa forma esses dispositivos de ajuda têm como prioridade o atendimento a toda a família.

Ainda nesta mesma perspectiva, o Centro Regional aos Maus-tratos na infância (2002), destaca que é fundamental o atendimento especializado oferecido à vítima e sua família, por meio de intervenções psicológicas com uma escuta voltada ao acolhimento, cuidados e proteção desta vítima que está em sofrimento emocional, também possibilitar a reconstrução dos vínculos de confiança com os familiares, e apoio as estratégias de enfrentamento para superação da violação sofrida.

Diante do exposto a relação parental é de suma importância para vítimas de abuso sexual, visto que todos possam receber o amparo necessário, e juntos contribuir para a reestruturação de laços de confiança e afeto que de certa forma, foram quebrados e desconstruídos gerando sofrimento e mal-estar para todos.

CAPÍTULO 3: O PAPEL DO PSICOLOGO NO ATENDIMENTO À VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL.

De acordo com a autora Silva (2002), por volta da década de 80 foi iniciado os primeiros serviços de acolhimento, por meio de abertura de postos de saúde na cidade de São Paulo, tendo como trabalho e principal objetivo receber as denúncias, os encaminhamentos dos casos de violência cometida pelos responsáveis por crianças ou adolescentes, e prestar o acolhimento inicial para as vítimas desse ato.

De acordo com Habigzang (2006), a criança e o adolescente que sofre abuso sexual, independente do agressor ser um familiar ou não, o desenvolvimento do abusado é afetado de diferentes formas graves, seja através de problemas emocionais, sociais, psicológicos, entre outros. As consequências deixadas pelo ato, podem se agravar por fatores relacionados à criança. É por esse motivo que o acolhimento psicológico se torna importante para que o enfrentamento seja mais leve.

Sob este prisma das consequências biopsicossociais causadas após o abuso sexual, os autores Habigzang e Caminha (2004), crianças e adolescentes podem desenvolver várias alterações em seu estado de saúde, como também desencadear transtornos de ansiedade, conflitos com os familiares, bloqueios emocionais e cognitivos que acompanham todo seu crescimento e podendo se agravar, caso não receba um acolhimento imediato e adequado, juntamente com intervenções necessárias para seu quadro clínico.

De acordo com os mesmos autores supramencionados, além da organização que os profissionais da saúde precisam ter, destacam sobre a necessidade de capacitação especializada, para que assim possam lidar com os casos de abuso sexual de maneira ética e cuidadosa e conseguir amenizar o sofrimento vítima e família.

Segundo Silvia (1998 *Apud* Amazarray e Silva 2002), os profissionais que trabalham em prol de acolher vítimas de abuso sexual devem propiciar um ambiente acolhedor e de segurança, para que a criança ou adolescente consiga contribuir da maneira necessária. O psicólogo por sua vez, além de propiciar esse ambiente deve buscar reverter as demandas trazidas pelo abusado e família, sentimentos ruins, de revolta, medos, culpa e pensamentos destrutivos.

Na perspectiva de Oliosi, Mendonça e Boldrine (2010), um dos principais órgãos de proteção e acolhimento à casos de abuso sexual é o Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), contando com uma equipe multiprofissional, para prestar

atendimentos psicossociais, auxiliar no enfrentamento do caso de abuso, entre outras ações, priorizando as vítimas e os familiares.

Sobre as autoras supracitadas, a atuação do psicólogo é fundamental, juntamente com os demais profissionais, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) pois irão fazer o mapeamento e análise das informações colhidas, o acompanhamento em todo processo terapêutico, trabalhando intervenções psicológicas que serão essenciais para a redução de danos causados pelo abuso sexual na vida da criança ou adolescente, se estendendo para a família.

Segundo Costa e Duarte (2000), os papéis dos profissionais não é apenas criar uma rede de apoio, mas de forma fundamental modificar mentalidades, valores, os preconceitos ainda existentes sobre o abuso sexual, por isso que visa ser importante a formação e especialização, criando assim equipes multidisciplinares especializadas que saibam promover a prevenção para essa problemática.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo foi possível constatar que a violência e o abuso sexual, sempre existiram em nosso contexto histórico, e constitui um crime recorrente e que precisa ser enfrentado não só com punição, mas também com educação e restauração dos traumas e sequelas emocionais que deixam no desenvolvimento psíquico de crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva de silenciar, não denunciar, não fazer notificações oficiais sobre a violência sexual de crianças e adolescentes, essa atitude desenvolve prejuízos e vários danos físicos, cognitivos, psicológicos e sociais, fazendo com que o crescimento e desenvolvimento do abusado seja afetado de forma muito significativa. Diante disso são inúmeras crianças que perderam as vivências da infância, as brincadeiras, aprendizagens, construção do pensamento, valores, autoestima, e de vínculos de afeto e de confiança, tudo por conta de atitudes inadequadas socialmente, inversão de valores e violências veladas.

No contexto da denúncia de violência ou abuso sexual, é uma atitude de extrema necessidade e urgência para que os órgãos competentes possam responsabilizar o agressor. Assim, quanto mais as denúncias acontecerem de forma rápida, e precisa, melhores condições para obter evidências concretas para evitar que essas ações de violências sejam deixadas de lado, e também que a punição efetiva ocorra sobre o agressor

Pode-se destacar também, que é através dessas denúncias que colaboram para que a criança ou adolescente receba assistência e amparo necessário por meio dos serviços públicos de saúde psicossocial, sendo atendida pela equipe multiprofissionais; psicólogos, assistentes sociais, advogados, enfermeiros e médicos se necessário. Dessa maneira a rede de apoio especializado busca imediatamente o cumprimento da lei de segurança e acolhimento para crianças e adolescentes, bem como a punição devida e justiça para o agressor.

É oportuno destacar para que o cumprimento das Leis seja praticado, existe a rede de apoio especializado em situações de violência infantil, tais como-Ministério da Justiça e Conselho Tutelar.

Por mais que crianças e adolescentes abusadas, recebam todo apoio assistencial judicialmente e tem o amparo de profissionais da saúde para o enfrentamento das

situações de violências e violação de leis, é de grande importância que os responsáveis conheçam sobre os deveres e direitos da vítima possa se sentir em um ambiente seguro e zeloso, e estejam dispostos a contarem com o apoio de profissionais para a minimização dos danos causados pelo abuso

Os resultados obtidos revelaram também que os serviços prestados de amparo familiar, e o apoio por meio de uma escuta ativa e diálogo aberto sobre o sofrimento causado pelo ato de violência ou abuso sexual, torna-se um cenário com maiores possibilidades de ressignificação e enfrentamento mais efetivo.

Desta forma, o atendimento e acompanhamento psicossocial é fundamental para a vítima e familiares a fim de proporcionar confiança, convivência intrafamiliar mais equilibrada e traçar condutas de enfrentamento da vivência traumática bem como, formas de superação e enfrentamento da situação.

Os achados deste estudo reforçam a importância do apoio psicológico tanto para as vítimas do abuso quanto também para e seus familiares, para que assim aconteça as intervenções necessárias de cuidado e ressignificação do sofrimento causado nesta família.

Vale ressaltar também que muitas ações de conscientização, prevenção e promoção sobre violência sexual precisa ser abordado pelas escolas, pelas famílias, nos centros de acolhimento social, ou centros comunitários até em campanhas de comunicação e informação nas mídias sociais, a fim de esclarecer a importância das relações entre pais e filhos sejam preservadas, cultivadas com amor e respeito.

É válido ressaltar que esse estudo foi extremamente relevante enquanto acadêmicas de psicologia, pois o profissional da psicologia precisa estar preparado para lidar com essa demanda, por meio de embasamento teórico, conduta ética e conscienciosa de seu papel junto dos demais profissionais da área do direito, representantes do conselho tutelar a fim de prestar um serviço de qualidade e humanizado.

Dessa forma, é imprescindível que o atendimento especializado pelos órgãos da rede social e justiça atuam de forma integrada para que psicólogos e demais profissionais tenham elucidação da situação de violência sexual e decisões confiáveis e respaldadas nas leis, para a responsabilização do agressor e garantir a proteção da vítima.

Por fim, as intervenções psicológicas realizadas pelo psicólogo, neste momento tanto para as vítimas da violência sexual como também para os familiares, são de suma importância para ressignificação dos laços de confiança e amor.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Willian. **Abuso sexual: Das ruínas do silêncio à superação**. ACRIDAS, 2021. Disponível em: < <https://www.acridas.org.br/abuso-sexual-das-ruinas-do-silencio-a-superacao/> > Acesso em: 26 mai. 2022.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. “Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual”. 2002. In: **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, 1998. Vol. 11, n.3, p.546- 555.

ANDRADE, Valério. **Abuso sexual infantil, suas fragilidades e exposições legais de proteção**. Âmbito jurídico, 2019. Disponível em: < [Abuso Sexual Infantil, Suas Fragilidades e Exposições Legais de Proteção - Âmbito Jurídico - Educação jurídica gratuita e de qualidade \(ambitojuridico.com.br\)](http://ambitojuridico.com.br) >. Acesso em: 26 mai. 2022.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N.A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. (7ª ed.). São Paulo: Cortez, 2018.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Almeida. (a) **Infância e Violência doméstica**. v.1. São Paulo: LACRI USP, 2002.

BEZERRA, Márcia Mônica de Souza. **Abuso Sexual Infantil – Criança X Abuso Sexual**. 2006. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0299.pdf> > Acesso em: 20 de mai. de 2022.

BRINO, Raquel de Farias; WILLIANS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Professores como agente de prevenção do abuso sexual infantil**. São Paulo: Educação & Realidade, vol. 33, nº2, 2008.

Centro Regional aos Maus-tratos na Infância. (Org.). (2002). **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor.** (Série Fazer Valer os Direitos, Vol. 1). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF

CONSELHO TUTELAR. **Fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.** Brasília: 2ª edição - Artecor Gráfica e Editora LTDA 2017. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/conselho-tutelar-guia-basico-de-orientacoes-aos-gestores-membros-dos-conselhos-tutelares-e-dos-conselhos-municipais-e-sociedade-civil-equipagem-cartilha.pdf> >. Acesso: 21 mai 2022.

COSTA, Maria Emília. DUARTE, Cidália. (2000). **Violência Familiar.** Porto, Ambar. CRAVEIRO, Adriéli Volpato. **Protocolo de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência do Município de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2016.

ECA. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 22 mai 2022.

FALEIROS, Eva. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia.** (2003). Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

FERRARI, Dalka C.A. & VECINA, Tereza C.C. (2002). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Ágora.

FLORENTINO, Bruno. **As possíveis consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Scielo, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?format=pdf> > Acesso em: 26 mai. 2022.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** (2002). Porto Alegre, RS: Artmed.

GUIA PRÁTICO DO CONSELHEIRO TUTELAR/ Everaldo Sebastião de Sousa. (Coordenador) Goiânia: 2ª Edição ESMP-GO, 114 p. 2010. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2013/04/03/17_38_15_210_guiapraticoconselheiro_tutelar_2a_edicao_2010.pdf>. Acesso em: 20 mai 2022.

HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Avaliação e intervenção clínica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Dissertação de Mestrado.** Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006: UFRGS

HABIGZANG, Luísa Fernanda; CAMINHA, Renato Maiato. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes –** Conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KATCHOROVSK, Jéssica; WROBLEWSKI, Géssica; ARAÚJO, Regiane. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta.** Jus.com.br, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/amp/artigos/70475/abuso-sexual-na-infancia-e-suas-repercussoes-na-vida-adulta>>. Acesso em: 26 mai. 2022.

LEI Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113257.htm> Acesso em: 22 mai 2022.

MARCHEZAN, Nair. MENDES, Luis. **Expressões de violência e seu enfrentamento no CREAS/ Centro de Referência Especializado em Assistência Social.** Passo Fundo: Méritos, 2008.

MONDIN, Elza Maria Canhetti. **Práticas Educacionais Parentais e seus Efeitos na Criação dos Filhos**. Psicologia Argumento, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/cjrag/Dropbox/PC/Downloads/19885-Texto%20do%20Artigo-8663-34315-10-20170904.pdf>>. Acesso em: 28 mai 2022.

OLIOSI, Laryssa Calegari; MENDONÇA, Mayara Santos; BOLDRINE, Rafaela Corona. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Nova Venécia-ES: Estudo no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) UNIVEN / Faculdade Capixaba de Nova Venécia, Nova Venécia, 2010.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

PASSOS, Maria Consuêlo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: CARNEIRO, T.F. **Casal e família: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem. 2007, v. 20, n. 2. Disponível em: <[SciELO - Brasil - Revisão sistemática X revisão narrativa Revisão sistemática X revisão narrativa](#)>. Acesso em 14 mai. 2022.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SILVA, Lygia Maria Pereira. **Violência doméstica contra criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

TEIXEIRA, Daniel. SILVA, Hédio. **Direito da criança e do adolescente e a promoção da igualdade racial**. 1. ed. 42 p. – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2016. Disponível em: <<https://media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/direitos-da-crianca-e-do-adolescente-e-a-promocao-da-igualdade-racial.pdf>> . Acesso em: 20 mai 2022.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.